



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

FERNANDO ROBERTO GAITÁN HERNÁNDEZ

**PARTIDOS DE ESQUERDA NA GUATEMALA: CONTRARREVOLUÇÃO,
GUERRA CIVIL E REDEMOCRATIZAÇÃO (1954-2019)**

BRASÍLIA - DF

2022

FERNANDO ROBERTO GAITÁN HERNÁNDEZ

**PARTIDOS DE ESQUERDA NA GUATEMALA: CONTRARREVOLUÇÃO,
GUERRA CIVIL E REDEMOCRATIZAÇÃO (1954-2019)**

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Carlos Augusto Mello Machado.

BRASÍLIA - DF

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Elisa e Rômulo por terem aberto seus braços, me recebido em Brasília e terem me dado todo o apoio e amor desde o meu primeiro semestre da UnB. Sem eles, a continuação de um dos maiores sonhos de fazer faculdade em outro país, não teria sido possível. Agradeço também aos meus pais, pelo grande amor, que mesmo na distância física, sempre me incentivaram nos estudos e apoiaram meus sonhos.

Em seguida, agradeço ao meu orientador, professor Carlos Machado, pelo carinho e disponibilidade tanto durante a orientação quanto durante as aulas de Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais, que criaram um gosto muito grande pelo tema.

Também agradeço aos meus amigos da Guatemala, do Brasil, e da Costa do Marfim, que fizeram com que esta caminhada até aqui, fosse mais leve, ainda mais em tempos difíceis na política Latinoamericana e em tempos da pandemia da Covid-19. Especialmente quero agradecer à Sophia pelo companheirismo, pelo apoio, incentivo, cuidado e sobretudo, pelo amor desde os primeiros anos da UnB.

Meus agradecimentos aos colegas e professores, que fizeram da graduação uma experiência muito bonita. Por fim, agradeço ao Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G, e à UnB pela grande oportunidade.

*De vez en cuando
camino al revés:
es mi modo de recordar.
Si caminara sólo hacia adelante,
te podría contar
cómo es el olvido.*

Humberto Ak'abal (Camino al revés)

RESUMO

O presente trabalho explica, através da teoria do institucionalismo histórico e da dependência de trajetória, se existem obstáculos dentro do sistema político, institucional e partidário que limitem a competição livre das organizações partidárias de esquerda na Guatemala, ainda mais desde os últimos anos da guerra, considerados como os anos da redemocratização e desde as primeiras eleições gerais após os Acordos de Paz.

Palavras-Chave: Guatemala; Partidos Políticos; Institucionalismo; Eleições; Path Dependency; Dependência de Trajetória.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	METODOLOGIA	7
3	GUATEMALA, PROCESSO HISTÓRICO POLÍTICO E PARTIDÁRIO	8
4	AS RESISTÊNCIAS E AS OPOSIÇÕES	14
5	TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E SISTEMA POLÍTICO	24
5.1	GUATEMALA, INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO E DEPENDÊNCIA DE TRAJETÓRIA	28
6	ORGANIZAÇÕES GUERRILHEIRAS E A TRANSIÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	36
7	ANOS APÓS ACORDOS DE PAZ E PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA	38
8	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

A Guatemala possui uma democracia constitucional com um sistema presidencialista e com um sistema de partidos políticos multipartidário. O país é dividido em 22 departamentos. Segundo o último censo realizado em 2018, pelo Instituto Nacional de Estatística da Guatemala (INE), tem uma população de 14,9 milhões de pessoas.¹

Após a declaração de independência em 1821, o país instaurou um Estado republicano, porém, manteve uma lógica colonial de exploração aos povos indígenas, sem direitos aos trabalhadores, sem instituições públicas de acesso à população. Foi a partir da Revolução de Outubro de 1944 quando a Guatemala passou a ter pela primeira vez algumas reformas e políticas voltadas para as causas sociais, como por exemplo os direitos trabalhistas, a existência do seguro social de saúde, a reforma agrária, entre outras. No entanto, em 1954 o governo dos Estados Unidos e a CIA acusam o então presidente da Guatemala, Jacobo Árbenz de impulsionar políticas comunistas no país, e junto às elites econômicas e militares do país, comandam um golpe de Estado contra Árbenz. Este episódio é considerado como a primeira vez que os Estados Unidos invadem militarmente um país da América Latina.

A partir de 1954, com a chamada contrarrevolução, o país começa a vivenciar retrocessos nas políticas instauradas pelos governos da revolução, e passa a ter governos repressivos impondo políticas anticomunistas e sendo esses governos apoiados pelos governos dos Estados Unidos e pelas elites econômicas e militares guatemaltecas.

Por outro lado, no início da década de 1960, aconteciam grandes manifestações por diversos setores da sociedade contra o governo da época. Ao mesmo tempo, surgiu o primeiro grupo guerrilheiro, o qual era formado inicialmente por militares opositores do governo repressivo. Tanto as manifestações quanto a criação do grupo guerrilheiro serviram para as elites militares e econômicas com apoio dos EUA instauraram um regime autoritário, dando início ao conflito armado interno, que durou 36 anos e teve fim com os Acordos de Paz assinados em 1996.

Dessa forma, a partir da década de 1960 foram se formando diversos grupos guerrilheiros, sendo os principais o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT) que já existia antes da década de 1960, mas desde sua fundação se manteve na clandestinidade, o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização do Povo em Armas (ORPA) e as Forças Armadas Rebeldes (FAR), as quais posteriormente, com as negociações dos Acordos de Paz,

¹ Censo guatemalteco, Población y Vivienda de 2018. Instituto Nacional de Estatística Guatemala (INE). Disponível em: <<https://www.censopoblacion.gt/cuantosomos>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

passaram a conformar um dos principais partidos políticos de esquerda do país, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Em 1985, com a ascensão de “novos” partidos políticos da elite econômica, se instaura o chamado processo de transição democrática do país, através do qual, foram convocadas eleições gerais, porém os partidos políticos de esquerda eram proibidos de participar. Esses participam pela primeira vez nas eleições de 1999, ou seja, nas primeiras eleições após assinatura dos Acordos de Paz de 1996.

A presente monografia busca identificar se há limitações que os partidos políticos de esquerda na Guatemala têm para participar politicamente e competir em nível de igualdade frente às outras organizações partidárias não de esquerda, dentro de eleições gerais, especificamente para a cadeira de presidente da República. O trabalho está dividido em oito capítulos e conta inicialmente com essa introdução, metodologia, revisão da bibliografia e conclusão. Após a parte inicial, é realizada uma recuperação histórica da Guatemala e do seu processo político e partidário, passando pelos grupos de oposição frente a governos militares e empresariais, pela transição democrática, pelas organizações guerrilheiras e sua transição para organização partidária, e pelos anos após Acordos de Paz e os partidos políticos de esquerda atuais. Considerando o processo de transição democrática em 1985 e a assinatura final dos Acordos de Paz em 1996 após 36 anos de guerra interna entre organizações guerrilheiras e os governos autoritários.

2 METODOLOGIA

O interesse pela análise surgiu através do questionamento de “Por que as esquerdas na Guatemala não chegam nem sequer ao segundo turno nas eleições para o cargo de presidente da República? Ainda mais pela instauração do sistema democrático na Guatemala após a guerra.”. Assim, compreende-se relevante estudar os acontecimentos do passado, desde a revolução de 1944, que levaram à Guatemala ao cenário político partidário atual.

Este trabalho utiliza o método majoritariamente qualitativo, através do qual foi realizada uma revisão bibliográfica de textos sobre a Guatemala, o seu sistema político, as instituições do Estado, o conflito armado interno, a transição democrática, os Acordos de paz, e os partidos políticos, especialmente de esquerda, focando no funcionamento do sistema político e partidário de cada época e momento crítico do país.

Cabe destacar que a produção acadêmica no Brasil, e em português, sobre a América Central, e em especial sobre a Guatemala é limitada. Dessa forma, a revisão bibliográfica

ocorreu majoritariamente mediante a leitura de textos em espanhol e de autores e a autoras guatemaltecas. Além disso, sobre o sistema partidário da Guatemala, sobre os partidos políticos de esquerda no país e sobre o debate político acadêmico pós-primeiras eleições (em 1999) realizadas posteriormente às assinaturas dos Acordos de Paz, esta monografia constitui uma produção nova que contribui no debate tanto dentro da Guatemala quanto fora dela.

Foram utilizadas a teoria do institucionalismo histórico e da *Path Dependency*, para observar os processos do passado e como esses produziram os legados do cenário pós Acordos de paz.

3 GUATEMALA, PROCESSO HISTÓRICO POLÍTICO E PARTIDÁRIO

Antes de tratar sobre o início de uma nova época na Guatemala, a partir dos Acordos de Paz assinados no fim de 1996 - depois de trinta e seis anos de conflito armado interno - é importante analisar o contexto e as causas que deram início à Guerra e as condições que permitiram os Acordos de Paz.

Segundo Bernardo Arévalo (2019), a história da Guatemala não tinha conhecido a existência de algum consenso entre o Estado e a população, a não ser a partir da vitória da chamada Revolução de Outubro de 1944. Anos antes dessa data, o país vivenciava ainda uma lógica colonial, através da exploração do trabalho das comunidades indígenas para obtenção do lucro, mesmo após a independência do país em relação à Espanha em 1821. A burguesia *criolla*² da Guatemala e as indústrias estadunidenses, como a United Fruit Company, perceberam a oportunidade e necessidade de continuar mantendo o seu poder, onde até então quem dominava após a independência, era o mesmo grupo do período colonial.³ O novo Estado Republicano, era basicamente a continuação do Estado Colonial, mas com outro nome, já que este mantinha as várias formas de trabalho forçado e de exclusão social para a população indígena, negra e mestiça.

No ano de 1944, um “movimento cívico-militar” derrubou a ditadura de Jorge Ubico, e iniciaram um processo nomeado de “primavera democrática”, na qual foi estabelecida uma reforma política, social e econômica que visava, dentro de outras questões, o desenvolvimento

² Segundo Peláez (2020) [1973], “criollos” na América hispânica e neste caso na Guatemala, são os descendentes dos colonizadores, geralmente espanhóis, nascidos nos territórios da América, donos das terras, porém, que não eram mestiços.

³ Arévalo (2019, pp. 16, 17), “o último representante do rei da Espanha tornou-se o primeiro presidente republicano, com as mesmas elites, solidamente alinhadas com ele.”

do mercado interno. No entanto, em 1954, o então Presidente da República Jacobo Arbenz, sofreu um Golpe de Estado, através de uma intervenção militar comandada e financiada pelos Estados Unidos e a sua agência de inteligência, a CIA, com amplo apoio do exército e da burguesia da Guatemala, alegando que Arbenz tinha realizado uma série de reformas comunistas no país. Portanto, para Arévalo (2019), os anos após a chamada "contrarrevolução" marcam o início, ou a retomada do poder, por parte desses grupos que automaticamente passam a instaurar um regime autoritário, com a política do anticomunismo, institucionalizando a repressão àqueles grupos e movimentos de oposição ao regime, e fechando as vias eleitorais que permitissem qualquer mínima reforma política no país.

Arévalo (2019) afirma que os grupos que deram o Golpe de Estado em 1954 estavam interessados na construção de uma hegemonia política eleitoral que pudesse servir como exemplo de sucesso da democracia liberal na região da América Latina e no mundo de forma geral, especialmente por se encontrar no período de Guerra Fria. Isso não foi realizado em totalidade, pois a política anticomunista dos EUA fez com que estes se juntassem aos grupos mais reacionários da Guatemala, apesar de que por outro lado, a burguesia guatemalteca não estava interessada na construção dos ideários liberais naquele território, e sim na manutenção do seu poder sobre a sociedade e consequentemente sobre o país. É dentro deste quadro que seriam celebradas as eleições gerais de 1963, mas esses grupos dominantes interromperam o processo eleitoral conduzindo mais uma vez um Golpe de Estado que conduziu ao poder o militar Miguel Ydígoras Fuentes. Segundo Arévalo (2019), o Golpe de Estado deu-se como resposta, por parte dos grupos dominantes com apoio dos EUA, para que organizações partidárias participantes do processo revolucionário de 1944 e pessoas como o ex-presidente Juan José Arévalo (primeiro presidente da Revolução de 1944) não pudessem competir no processo eleitoral e consequentemente obter o ganho, pois esses continham amplo apoio da sociedade guatemalteca.

Moreno (1999) aponta que a Guatemala tem sido governada pelo exército e pela burguesia guatemalteca, ainda mais a partir da "contrarrevolução" de 1954. Disso advém, segundo o autor, a dificuldade na formação de partidos políticos de "oposição" no país, onde a maioria das organizações partidárias alocam-se no campo político-ideológico da direita e da extrema direita. No entanto, a despeito do pertencimento a um mesmo campo ideológico, o convívio entre esse conjuntos de partidos políticos apresenta constantes divergências, não por disputas de planos ideológicos e estratégicos mas mais por uma mera concorrência e ambição pessoal de sujeitos/líderes, como pode-se observar desde 1954 e nas eleições de 1963. O que

para Moreno (1999) é exemplificado com a frequente mudança de siglas pelos partidos da região, sem haver seu desaparecimento.

Anos anteriores ao Golpe de Estado de 1963, no início da década de 1960, a Guatemala atravessava grandes manifestações em oposição à situação política do país e aos governos autoritários da época, assim, no mesmo ano foi criado o Movimento Revolucionário 13 de Novembro (MR-13), dirigido esse por um grupo de militares dissidentes aos governos autoritários. Isso facilitou como uma das desculpas, além do grande apoio da população aos partidos “herdeiros” de 44 nas eleições de 1963, para a instauração do regime autoritário, no qual a burguesia e o exército guatemalteco, com contribuição dos EUA, iriam deter o poder por trinta e seis anos, dando início então ao Conflito Armado Interno. Ainda com a existência de um regime autoritário, os grupos dominantes permitiram por alguns anos a realização de eleições gerais (que eram restritas).

Dentro do jogo eleitoral, esses mesmos grupos dividiam o ganho das eleições entre velhos militares e alguns empresários, onde o ganhador era decidido através da fraude/golpe que estes mesmos aplicavam como justificativa para continuar com o poder, ou seja, com diferentes rostos, mas sempre pelos mesmos grupos das Elites (militares e econômicas). Um desses exemplos, foi o Golpe de Estado em 1982, comandado pelo militar Efraín Ríos Montt contra o também militar, Lucas Garcia, com a justificativa de que Garcia estava permitindo o avanço dos grupos guerrilheiros e do comunismo no país.

Arévalo (2019) afirma que, dos trinta e seis anos de Conflito Armado, nos anos de 1982 a 1984, foram registradas as maiores violações contra os direitos humanos através de políticas de Estado, dirigidas pelo presidente Ríos Montt, que permitiu o avanço do grupo chamado “Esquadrões da Morte” e de outros grupos paramilitares na Guatemala. Vale ressaltar que o ex-Presidente foi condenado a 80 anos de prisão, no ano 2013, pelo Tribunal Primeiro A de Maior Risco na Guatemala, pelo crime de genocídio contra a população indígena Ixil. Embora posteriormente a sentença foi anulada e o caso reiniciado. Montt morreu em 2018 quando ainda estava acontecendo o processo.⁴

A Comissão do Esclarecimento Histórico (CEH) das Nações Unidas (ONU) na Guatemala, afirma que durante a guerra de trinta e seis anos, foram assassinadas mais de 200.000 pessoas, na sua maioria indígenas, de tal forma que mais de 600 comunidades indígenas foram eliminadas, com mais de 45.000 pessoas desaparecidas, a maioria dos crimes

⁴ Efraín Ríos Montt es condenado por genocidio en el 2013. Prensa Libre. Guatemala. 01 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.prensalibre.com/hemeroteca/efrain-rios-montt-fue-condena-condenado-genocidio-2013/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

comandados pelo Estado e a sua força repressiva, o exército. Em 1983 o então Ministro da Defesa, Óscar Mejía Víctores comanda o Golpe de Estado contra Ríos Montt, e permite a realização de eleições gerais no ano de 1985.

Ainda durante o Conflito Armado Interno, as eleições de 1985 permitiram uma abertura política, onde o exército da Guatemala foi "abrindo mão" do espaço político para os governos não militares da época que anos posteriores conseguiam ganhar a cadeira presidencial, mas que estavam sempre alinhados a eles, às elites empresariais e aos EUA. Além disso, o exército continuava mantendo grande controle do poder através da ocupação de cadeiras com altos mandos do exército e militares retirados, dentro de vários partidos políticos e dentro dos governos "democráticos". É válido ressaltar que no início do desenvolvimento do processo de paz, os altos mandos do governo e exército formaram maioria nas negociações, ou seja, os estrategistas e praticantes de crimes contra a humanidade/genocídio, foram aqueles que posteriormente negociaram o processo de paz e a continuação dela após as assinaturas.

Em 1986 foi estabelecida a Lei Eleitoral e de Partidos Políticos que autorizava o cancelamento de organizações partidárias que não obtivessem mais de 4% dos votos da população. Com isso, Moreno (1999), afirma que na história dos partidos políticos da Guatemala, muitas organizações partidárias têm sido canceladas, mas como mencionado anteriormente, estas não deixam de existir. Para Moreno (1999), a opção de coalizões partidárias na Guatemala, mostra-se como um mecanismo oscilante, pois é possível encontrar juntos a líderes partidários de organizações antagônicas ou dirigentes/líderes que mudam de partido comumente. Um exemplo disso é o partido político comandado pelo ex-presidente e ditador Ríos Montt, o Frente Republicano Guatemalteco - FRG (anteriormente conhecido como Partido Republicano Institucional), que com o candidato Alfonso Portillo ganhou as eleições de 1999.

Segundo Arévalo (2019) o modelo político da era pós conflito foi definido pela continuidade no poder dos grupos políticos então estabelecidos. Havia o interesse de união em torno de um marco político democrático devido aos Acordos de Paz, os quais assentaram as bases das mudanças nas relações políticas. Pensava-se que esse processo permitiria a fundação de uma era mais democrática na qual haveria uma boa relação entre Estado e comunidades afetadas, e/ou Estado e maioria da sociedade. Porém, houve no desenvolvimento dos processos de paz, a continuidade das elites militares e econômicas no poder, ficando para trás, sem prioridade, os interesses e necessidades das populações mais fragilizadas.

Apesar da manutenção das elites no poder, as eleições de 1985 permitiram, além da abertura política, a concepção de uma nova Constituição da República, marcando o que alguns

autores e autoras chamam de “época de redemocratização”, mesmo a guerra não tendo terminado. Para Arévalo (2019), a “redemocratização” possibilita as condições de liberdade de escolha de candidatos e organizações político partidárias, porém, como mencionado acima, é importante ressaltar que a competição eleitoral é distribuída na sua maioria entre os membros de grupos dominantes, que disputam o poder e as eleições dependendo dos interesses pessoais. Sendo assim, Arévalo (2019, pp. 30, tradução nossa), afirma que, “[...] os interesses sociais legítimos não encontram representação no sistema político, que consequentemente funciona por um contexto de credibilidade e apoio extremamente baixo por parte dos cidadãos.”

Para aprofundar mais no debate sobre o jogo eleitoral e as organizações partidárias, Moreno (1999) dá o exemplo de algumas organizações partidárias de extrema direita e reformistas, como a Democracia Cristã Guatemalteca (DCG) que se cria em 1955, um ano após o golpe de Estado comandado pela CIA, inicialmente com setores da elite intelectual e também com grupos progressistas da igreja católica. No ano de 1965 se renovou e passou a se autodefinir como um partido de esquerda moderada, embora mantivesse total ligação com as outras Democracias Cristãs em outros países (as quais encontravam-se no campo da direita) o que fazia que fossem identificadas mais como “direita moderada”. Realizaram uma coligação com o Partido Revolucionário Autênticos, criando a Frente Nacional de Oposição para as eleições de 1974, propondo como candidato à presidência ao General Ríos Montt quem propunha reformas econômicas e sociais, “distribuição de terras e liberdade sindical” (MORENO, 1999, p. 22, 23). Anos após à eleição de Kjell Eugenio Laugerud García (também militar), a Democracia Cristã Guatemalteca foi acusada de ter se relacionado fortemente com o governo militar de ultradireita. Dessa forma, é possível observar que recorrentemente na história da Guatemala, vários partidos de direita criam Frentes e muitas vezes se colocam como opositores ao governo do mesmo campo ideológico para competir nas eleições, pois, como afirmado anteriormente, as eleições também se tornam uma competição de cunho pessoal.

O Partido Socialista Democrático (PSD) – que nasceu do Partido Revolucionário Autêntico - PRA (1972) - foi fundado por Alberto Fuentes Mohr, que se declarava como um social-democrata, e desde seus princípios já mantinha relações com a Internacional Socialista e com o Partido Obrero Espanhol. Nas eleições de 1974, Mohr foi candidato à Vice-Presidência junto a Rios Montt da DCG quem seria o candidato à presidência, na coalizão da DCG, PRA e PSD, a chamada Frente Nacional de Oposição. Anos após a fundação do PSD, Mohr foi assassinado por agentes do Estado militar - cabe ressaltar que o PSD não possuía relações com o movimento revolucionário. Além disso, nas eleições de 1995 o partido criou a Aliança

Nacional junto a DCG e a União do Centro Nacional (UCN) - partido de tradição catalogado de direita. O partido se desfez após essa aliança.

Para tratar de um partido político de extrema direita de longa tradição que continua até hoje com atores políticos que atuavam na política antes inclusive da organização existir, tratamos então do Frente Republicano Guatemalteco (FRG). O FRG foi fundado no ano de 1989, composto pela figura central de Ríos Montt, que no ano de 1982 comandou um golpe de Estado militar contra o governo também militar de Lucas Garcia. Foi negado ao FRG lançar Ríos Montt como candidato à Presidência, pois a Constituição da República proíbe que quem tenha participado de Golpes de Estado possa ser candidato à Presidência, o que fez com que o partido lançasse Alfonso Portillo - quem formou parte da organização guerrilheira EGP e após essa participação formou parte da DCG - para as eleições de 1995, onde competiu contra Álvaro Enrique Arzú do Partido de Avanzada Nacional (PAN) - organização liberal formada por atores da elite econômica - ganhando este último a cadeira à Presidência. Porém, nessas eleições, Portillo obteve aproximadamente 49% dos votos no segundo turno. Além disso, nessa época o FRG ocupava 21 cadeiras de 160, a maior bancada dentro do Congresso Nacional. O FRG possui até hoje um discurso populista “progressista” que apela sempre à segurança nacional, à ordem e ao estado de Direito. Chegou também em um momento a prometer distribuição das terras (MORENO, 1999). Esses discursos e promessas que podiam ser confundidos com progressistas, podem facilmente ser contestados com a observância da história da atuação do seu máximo líder Ríos Montt, durante os anos do golpe militar comandado por ele em 1982. A Conferência Episcopal da Guatemala, em 1982, afirmava que com a presidência ao mando de Ríos Montt “8,000 pessoas foram assassinadas ou desaparecidas, em uma média de 1,000 mortos por mês, enquanto no governo de Lucas Garcia, a média oscilava entre 200 e 300” (Moreno, 1999, p. 64, tradução nossa).

Ríos Montt chegou a implementar uma política militar chamada “Política de Terra Arrasada”, na qual a ideia foi arrasador com várias comunidades indígenas justificando que cada indígena era comunista e guerrilheiro, também, como colocado anteriormente, motivou o avanço das forças paramilitares PAC - Patrulhas de Autodefesa Civil. Os territórios que mais sofreram com a Política de Terra Arrasada foram onde mais estava presente o grupo paramilitar. Além disso, Ríos Montt e posteriormente o FRG sempre mantiveram alianças com grupos fundamentalistas das igrejas católicas, mas principalmente evangélicas, e com os grupos mais tradicionais do Exército da Guatemala.

4 AS RESISTÊNCIAS E AS OPOSIÇÕES

Os estudos sociais e históricos sobre a Guatemala têm abordado amplamente a história da violência e da repressão. Porém, Castañeda (2011), no texto *“Guatemala la Infinita História de las Resistencias”*, pretende analisar a historiografia através da outra perspectiva que não tem sido considerada por outros estudos, a história desde a perspectiva das resistências.

Castañeda (2011) afirma que na época do conflito armado interno, as pessoas, principalmente pessoas indígenas, não foram forçadas e/ou manipuladas a participarem de movimentos e grupos de oposição, como afirmam outros autores que estudam a Guatemala. Pelo contrário, a “insurgência” não foi um fato externo a muitas pessoas, estas não foram enganadas e levadas a lutar a chamada “guerra de guerrilhas”. Movimentos radicais de oposição aos governos militares e ditadores já existiam em muitas comunidades indígenas desde a época da colônia. Afirmer que os grupos guerrilheiros foram quem forçaram às comunidades e às pessoas a se organizar seria também dar o aval às políticas anticomunistas que existiam na época - como exemplo para responsabilizar ao comunismo dos massacres e do genocídio que a população, especificamente indígena iria sofrer anos mais tarde. Além disso, o autor (2011) destaca que na época dos anos 1960 a 1980, acreditava-se desde o início, que as decisões de criação de grupos contrários ao sistema que se vivenciava não podiam ser ideais e deliberações de espontaneidade, e sim o oposto, formas de medir as vantagens e as desvantagens, a força física, as ideias e as esperanças da sociedade. Segundo Castañeda (2011) as pessoas que se “insurrecionavam” tinham plena consciência do que estavam realizando.

Existiam desde antes, formas tradicionais de se organizar de cada grupo e de cada território que, no momento de encontro e da criação dos grupos guerrilheiros, se relacionam com as formas das modernas facções. Assim, Castañeda (2011) se propõe a realizar a análise desde as periferias da Guatemala.

É importante destacar que as relações entre os “subalternos” e os movimentos guerrilheiros não foram em todo momento boas relações, pois havia variação a depender de cada comunidade e território. Algumas comunidades, por exemplo, decidiram não apoiar a insurgência enquanto outras estabeleciam total suporte. Algumas comunidades estabeleciam relações com os Governos, com o Exército e com algumas religiões cristãs que podiam passar uma sensação de segurança frente ao medo e às ameaças contínuas do Exército a quem estabelecia um vínculo com a guerrilha. (CASTAÑEDA, 2011, p. 16)

Para a autora Margarita Paz y Paz (2011), contar a história, de forma generalizada, do início e desenvolvimento do movimento revolucionário guatemalteco é um grande erro, pois

segundo a autora, foram várias comunidades e distintos grupos de vários territórios que foram se incorporando à luta. Também, havia movimentos que já se encontravam em resistência desde anos anteriores e cada grupo possuía muitas singularidades. Além disso, Paz (2011) considera como outro grande erro, feito por alguns estudos sobre a Guatemala, a tentativa de separar a guerrilha da sociedade, sendo que as estruturas guerrilheiras nasceram e se desenvolveram pela própria sociedade e no contexto específico que esta atravessava. Para a autora (2011) seguir esse tipo de análise, desconsideraria os elementos próprios da “luta revolucionária” da Guatemala. De fato, os objetivos propostos pelos grupos guerrilheiros de mudança do sistema não foram obtidos, mas isso, segundo Paz (2011) não significa que a análise das peculiaridades dos grupos e organizações não deva de ser feita, nem deve-se minimizar os esforços, estratégias, etc que muitos grupos e pessoas realizaram pela esperança de mudança das estruturas opressoras que se viviam na Guatemala, além de que a ocorrência do não sucesso não diz sobre a extensa participação de variados setores da população e sim sobre a força repressiva dos governos militares utilizada contra a população, passando por perseguições, assassinatos até genocídio com inteiras comunidades indígenas.

Além disso, para Paz (2011) é importante reconhecer que o processo revolucionário tem contribuído para a organização de grupos no século XXI que continuam demandando mudanças políticas, sociais e econômicas no país, desde grupos organizados em diversas comunidades, movimentos sociais e partidos políticos.

Uma das facções guerrilheiras mais importantes da história da Guatemala, é o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), que desde a sua criação tinha como um dos objetivos a inclusão dos povos indígenas como eixo central para a chamada Guerra Popular Revolucionária (GPR). Um dos departamentos do país em que majoritariamente se estabeleceu o EGP foi em Huehuetenango, justamente por este ser um dos locais mais pobres e com maior população indígena. Afirma Paz (2011), que no ano de 1981, o departamento de Huehuetenango contava com 431,343 habitantes.

Em 1979 o EGP introduziu a fase da “generalização da guerra de guerrilhas” (CASTAÑEDA, 2011, p. 37). Nessa fase começaram as ações militares comandadas por três novos frentes, sendo o primeiro, o Frente Guerrilheiro Comandante Ernesto Guevara (FGCEG), o segundo o Frente Guerrilheiro Augusto César Sandino (FGACS), e o terceiro o Frente Guerrilheiro Marco Antonio Yon Sosa (FGMAYS), cada um deles em um departamento diferente. Assim, iniciar e desenvolver essa fase marcou o grande crescimento de pessoas participando na GPR dentro do EGP e a forte estrutura que este tinha conseguido criar. Por exemplo, no ano 1981 no departamento de Huehuetenango, o Exército Guerrilheiro dos Pobres

encontrava-se presente em 20 dos 31 municípios do departamento; esse ano também foi crucial para o desenvolvimento da fase de ampliação de ações contra o Exército da Guatemala.

A autora Paz (2011) aponta 1981 como o ano que marcou o aumento da ofensiva militar contra o Estado por parte das organizações guerrilheiras, e o incremento da participação social, especificamente indígena, na luta pelas terras - que também era um eixo central da guerrilha - em vários locais do interior do país.

Foi a configuração da sociedade guatemalteca, desde a colônia, estabelecida e dominada pelas elites locais que geraram as condições materiais para a formação de grupos, movimentos e organizações sociais contra as injustiças cometidas pelo grupo dominante, inclusive antes do nascimento das facções guerrilheiras. Ou seja, o poder adquirido pelas elites guatemaltecas, a não distribuição das terras a quem trabalham nela, a pobreza criada pela sociedade desigual, o racismo contra as populações indígenas e negras, a não existência de espaços de participação popular, a militarização da política e ingerência estadunidense da época, foram algumas das causas que ocasionaram e motivaram o levante popular em vários momentos da história guatemalteca, mesmo a formação das guerrilhas.

Paz (2011) ressalta que no contexto da região centro americana na década de 70, alguns países passavam também por processos de lutas revolucionárias, por exemplo, em El Salvador e na Nicarágua. Este último obteve o sucesso da “revolução sandinista” em 1979, o El Salvador, que em 1979 teve um golpe de Estado militar, encontrava-se na fase das últimas ofensivas militares no final da década de 1980, e a Guatemala através das facções guerrilheiras disputavam o território mais fortemente em 1981. Logo, as lutas guerrilheiras da época na região significavam não somente uma grande preocupação para as elites dos países, mas também uma grande ameaça para o controle do governo dos Estados Unidos, ainda mais no contexto da Guerra Fria.

Além disso, vale informar que o departamento de Huehuetenango é o segundo departamento com maior número de habitantes e que mesmo com as políticas sociais e econômicas da década da Revolução de 1944, não obteve grandes nem significativas melhorias, e a sua população continuou sendo extremamente pobre e sem acesso a recursos básicos. Essas condições permitiram uma forte e imediata conexão entre a população do departamento e a guerrilha. Deve-se ressaltar que concomitantemente já existiam grupos indígenas, antes da chegada e formação da guerrilha, que demandavam os recursos básicos e direitos, principalmente o direito e acesso à terra. Paz (2011), afirma que uma das principais exigências das populações indígenas, tanto em Huehuetenango como no resto dos departamentos da Guatemala, tem sido desde a época colonial o acesso às terras. Se deve a isso a alta participação

de pessoas indígenas nos movimentos guerrilheiros, além da Reforma Agrária ser um objetivo a ser alcançado através da guerra de guerrilhas pelas organizações insurgentes. Paz (2011) afirma que “numerosos registros dão conta de queixas e levantamentos indígenas durante os séculos da colônia, frente aos abusos e atos de exploração por parte de prefeitos, padres e agropecuaristas” (CASTAÑEDA, 2011, p. 42, tradução nossa).

Sobre os partidos políticos, Paz (2011) estabelece a Constituição de 1945 como o marco de ampliação dos direitos civis e políticos de boa parte da população. A nova Constituição da época permitiu a formação de organizações partidárias no interior do país e mais, a participação dos povos indígenas neles, isto foi revogado a partir dos anos da Contrarrevolução (1954). Porém, na década dos anos sessenta, ainda mais nos setenta, aumentou significativamente a participação política das populações indígenas tanto nas organizações partidárias quanto nos movimentos sociais e guerrilheiros.

Como outro ponto importante de mencionar, Paz (2011) destaca que em alguns departamentos e municípios majoritariamente indígenas, muitos jovens realizavam, na época da guerra, alistamento militar voluntário. Existia também o alistamento militar forçado de jovens a partir de 12 anos de idade, mas o alistamento voluntário muitas vezes era visto por jovens e famílias indígenas como uma oportunidade de viajar, de aprender espanhol, de se desenvolver, de alcançar um status, de estudar e de ter outra vida fora do trabalho e a vida rural.

Por outro lado, as organizações guerrilheiras transmitiram as suas pautas e comunicados nos idiomas locais e utilizando exemplos da vida cotidiana das comunidades. Dentre os objetivos propostos pela guerrilha estavam a Reforma Agrária, o desenvolvimento econômico do país e a criação de políticas públicas que garantiriam saúde e educação gratuita e de qualidade para toda a população, especialmente para os grupos marginalizados da sociedade.

Porém, é importante dizer que nem todas as comunidades apoiavam e participavam junto à guerrilha. Houve comunidades que apoiavam o exército e os donos das terras.

O surgimento do Frente Guerrilheiro Comandante Ernesto Guevara (FGCEG) - um dos frentes mais importantes do EGP - e a campanha Armada do EGP, não sofreram repressão imediata por parte do Estado e das forças militares, a não ser a partir de 1981 quando o exército criou o chamado Plano de Campanha Cinza 81, o qual significou ataques a movimentos sociais e guerrilha urbana na capital da Guatemala, mas foi principalmente a partir do plano Victoria 82 que as ações militares do exército foram amplamente violentas a partir de 1982, ano que é marcado como o início das piores ações militares do Estado guatemalteco contra a população. O exército realizava grandes métodos de tortura, chacinas, assassinatos e desaparecimentos de comunidades inteiras e de corpos de civis, tanto camponeses quanto urbanos. Segundo a

Comissão do Esclarecimento Histórico - CEH - no dia 2 de maio de 1981 no departamento de Huehuetenango, o exército assassinou a 22 pessoas, incluindo pessoas idosas e crianças, porém um dos únicos e primeiros massacres que a mídia nacional registrou foi no dia 31 de maio de 1981, quando o exército assassinou 49 pessoas além de ter lançado bombas contra a comunidade indígena também no departamento de Huehuetenango. Segundo Paz (2011), algumas das pessoas assassinadas tinham participado de protestos contra empresa mineradora da região (CASTAÑEDA, 2011).

Paz (2011) afirma que as condições de vida de pobreza e racismo da maioria dos povos indígenas antecipam-se à guerra de guerrilhas. Dessa forma ressalta que:

[...] a população campesina estava cansada do histórico problema agrário, além de tantos outros abusos dos donos de fazendas, o monopólio do poder branco nos municípios, os abusos da guarda da Fazenda, o recrutamento forçado, a repressão sistemática a qualquer manifestação de oposição, etc. As populações indígenas tinham vivido por séculos sob um sistema racista e discriminatório que manifestava-se cotidianamente. (CASTAÑEDA, 2011, p. 61, tradução nossa).

A organização, então, dos movimentos guerrilheiros funcionava para muitas pessoas, como grande oportunidade de mudanças para a formação de outra sociedade na qual os direitos dos povos e das pessoas fossem por segunda vez garantidos - primeira vez que alguns direitos foram garantidos foi com o processo revolucionário de 1944 - e outros ampliados.

Assim, para Paz (2011) apresentar e afirmar a população, e principalmente aos povos indígenas, como "vítimas" de uma guerra entre dois grupos "independentes" e "extremos" significa minimizar a capacidade das pessoas de se organizar contra os danos estruturais que têm vivido durante séculos. Tal como afirma a Comissão do Esclarecimento Histórico - CEH: "a pobreza deve ser considerada como um antecedente estrutural do enfrentamento armado" (CASTAÑEDA, 2011, p. 61. tradução nossa).

Segundo Paz (2011) alguns autores que estudam o conflito armado guatemalteco afirmam também que muitas comunidades indígenas davam apoio aos grupos da guerrilha em troca de segurança para as suas famílias e comunidades, porém para a autora (2011) não foram esses os acordos realizados nem pelas guerrilhas nem pelas comunidades para a participação na luta armada, e sim foram feitos acordos dirigidos a uma junção de ideias e formas de se organizar entre as comunidades indígenas e os movimentos guerrilheiros.

Entretanto, Paz (2011), ressalta que uma das críticas que podem ser feitas às organizações guerrilheiras é o fato delas não terem previsto as ações de resposta e de repressão que o Estado deu a partir dos anos 80 - especialmente no ano de 1981- e subestimar a força e o número de pessoas que estavam organizadas para obter o ganho e conseguir implantar os

objetivos revolucionários. O antropólogo Ricardo Falla nomeou esse processo como “a impaciência pelo triunfo” (CASTAÑEDA, 2011, p. 68) e questionou como as organizações guerrilheiras não imaginaram nem planejaram que o Estado da Guatemala poderia responder com ações sumamente violentas e inclusive genocidas.

Com o golpe de Estado de 1982, junto às políticas estatais como por exemplo a de Terra Arrasada, as ações contra a guerrilha, e contra a maioria da população, foram em aumento não só em número, mas também em práticas de torturas, chacinas, violência estatal de forma geral muito mais específica e forte. As políticas estatais praticadas pelo exército e pelas PAC, forçaram muitas pessoas indígenas e não indígenas a pertencer ao exército, fugir das suas comunidades para a selva ou outras comunidades em outros departamentos, ou se exilar em outros países vizinhos, como México.

Outro departamento muito crucial para entender a organização guerrilheira e também o genocídio praticado pelo exército, é o Quiché. Neste departamento existem duas regiões centrais, o Ixcán e a região Ixil, nas quais aconteceram a maioria das ações guerrilheiras e do exército. Segundo Magda González (2011) o EGP iniciou as suas atividades no departamento do Quiché, especificamente na região Ixil, instaurando a Frente Ho Chi Minh, no início dos anos setenta. Importante ressaltar que a população Ixil, ao igual que outros povos indígenas, é vítima do sistema racista desde a época colonial.

Em 1960 a igreja católica iniciou em Quiché a criação de projetos de desenvolvimento patrocinados pela USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento -, e nos primeiros anos da década de setenta além de alguns movimentos sociais indígenas aumentarem seus membros, surgiu a chamada Pastoral Indígena que além da promoção de campanhas de evangelização e de alfabetização, fomentava a "consciência" dos princípios indígenas mais especificamente do povo Ixil.

Porém, após alguns anos, ainda na década de setenta, o exército estabelecido no departamento do Quiché reprimiu vários movimentos sociais indígenas, pessoas ligadas à igreja católica e líderes comunitários. Mesmo com o ambiente de violência que se vivia naquele departamento, o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) iniciou a sua instauração e das suas ações em algumas regiões desse.

Em 1981 o exército da Guatemala desenhou e desencadeou as operações do plano “Operação Ixil”, que se tratava de uma campanha política, mas principalmente militar, para implementar “ordem” na região Ixil, pois segundo o exército, a guerrilha tinha obtido sucesso no controle da região e tinha também ganhado mais membros nas suas fileiras mostrando à população a oportunidade de outro tipo de vida.

O plano continha três eixos centrais a serem desenvolvidos pelo exército e pelo Estado de forma mais ampla. O primeiro fazia referência a um esforço de inserir na população Ixil, pessoas ladinas⁵; o segundo ponto, era empreender esforços para mostrar que os costumes e a identidade indígena Ixil estava sendo respeitada e assim continuaria; e o último eixo, fazia referência à realização de políticas de mudanças na vida da população Ixil. Para o Estado e para a elite militar o segundo eixo continha mais relevância, pois era uma das formas mais eficazes, além do avanço das Patrulhas de Autodefesa Civil (PAC), para que a população passasse a acreditar de uma única identidade nacional e deixasse de seguir os movimentos guerrilheiros.

Cabe ressaltar que as Patrulhas de Autodefesa Civil (PAC) foram criadas em 1981, porém tiveram aumento das ações e foram oficializadas em 1982 no governo de Rios Montt. Ano, como mencionado anteriormente, crucial para a historiografia da Guatemala, em que o Estado da Guatemala através do exército realizou as ações consideradas como as mais violentas contra a população. Segundo González (2011), o plano “Victoria 82” foi fundamental para a realização das ações violentas e conseqüentemente para o extermínio da população indígena, principalmente a Ixil e as suas comunidades. Em 1985 os militares do exército ocuparam maior parte da região do departamento do Quiché, especificamente a região Ixil, e a guerrilha continuava as suas ações na área, porém cada vez mais limitadas.

O exército tinha empenhado outro plano para o controle da região, chamado de Aldeias Modelo, o qual se baseava na instauração de destacamentos militares em cada aldeia dos departamentos, ainda mais nos departamentos de Huehuetenango e de Quiché. Dessa forma, os vários planos militares foram contribuindo para a diminuição das forças das guerrilhas e as suas ações revolucionárias.

Com as ações de tortura, massacres, desaparecimento e violência de forma geral por parte do exército, especificamente a partir de 1982, as forças guerrilheiras não conseguiram manter uma resistência forte e foram cada vez mais realizando ações menores nas regiões do interior do país.

Já na cidade capital do país, Tejada (2011) afirma que durante a década de 1970 particularmente na capital e no Sul da Guatemala, ocorreu um “ciclo de protesto”. Ele diz sobre o aumento de mobilizações sociais em vários períodos, que agregam vários movimentos sociais e grupos, e que além disso, os protestos são causados pelas condições políticas e materiais específicas daquela época. Assim, um dos acontecimentos que iniciou o ciclo mencionado, foi

⁵ De acordo com Montoya Guzmán (2016), “ladinos” definidos como indígenas nativos dos países da América hispana e/ou pessoas negras provenientes da África que aprenderam a língua do colonizador e formavam o grupo marcado como “híbrido” pois muitas vezes nas colônias serviam como intérpretes e guias dos espanhóis.

a greve realizada pelo setor do magistério em 1973, e um dos eventos que deu fim ao ciclo foi a greve dos trabalhadores do porto em 1980. Necessário mencionar que em ambas as greves os trabalhadores conseguiram um aumento do salário, o qual era uma das pautas das manifestações e greves.

Outros acontecimentos importantes, ainda mais para os movimentos sociais e seu fortalecimento, foram por exemplo a criação do Comité Nacional de Unidade Sindical (CNUS) formado pelos trabalhadores da empresa Coca-Cola em 1976 - que anos depois chegou a conformar 65 organizações sindicais -; as manifestações realizadas por estudantes de ensino superior e por movimentos sociais contra o assassinato do sindicalista López Lavarre em 1977, o assassinato dos dirigentes estudantis do ensino médio Robin García e Leonel Caballeros em 1977; a manifestação dos trabalhadores de uma mineradora perto da capital, também em 1977; a greve dos funcionários públicos em 1978, a chacina de Panzós também em 1978, o aumento da passagem do transporte urbano, e o assassinato do secretário geral da Associação de Estudantes Universitários (AEU), Oliverio Castañeda de Leon, a finais de 1978.

Com isso, a situação política do país, tanto no interior com o racismo aos povos indígenas, os conflitos da terra, a expansão dos movimentos guerrilheiros, quanto na capital com o aumento de greves e manifestações que agregaram vários setores da sociedade, influenciaram totalmente na resposta amplamente repressiva do Estado guatemalteco contra a maioria da população.

Tejada (2011) mapeia alguns atores cruciais e necessários para a análise das condições políticas e sociais da época. Na área urbana identifica os movimentos sindicais e o movimento estudantil, tanto de ensino médio quanto de ensino superior público. No interior do país, os movimentos guerrilheiros, sendo estes o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), especificamente a Juventude Patriótica do Trabalho (JPT), o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização do Povo em Armas (ORPA) e as Forças Armadas Rebeldes (FAR).

Na capital, entre 1966 e 1970, foram constatadas 51 manifestações que no total contaram aproximadamente com 41,689 trabalhadores. Entre 1970 e 1974, houve 74 manifestações e no total contaram com 71,605 trabalhadores; e entre 1974 e 1978 foram contabilizadas 119 manifestações/greves juntando no total 102,364 trabalhadores (CASTAÑEDA, 2011).

Além disso, é importante salientar a participação da Igreja Católica através da Teologia da Libertação tanto no campo quanto na cidade, que era também muito forte na capital com a criação do Comité Pró Justiça e Paz.

A erupção de movimentos sociais, manifestações e greves se traduzia, segundo Tejada (2011), como consequência do descontentamento da sociedade frente às condições políticas,

sociais e econômicas que Guatemala atravessava, desde as ações repressivas do Estado até a inflação na década de 1970. De fato, foram obtidos alguns ganhos, porém a resposta do Estado através da polícia e do exército, foi violenta em todos os casos, deixando várias pessoas desaparecidas, outras torturadas, outras assassinadas e outras no exílio.

De acordo com Tejada (2011), na década de 1970, os movimentos sociais nas áreas urbanas não dispunham de apoio dos partidos políticos registrados. O autor afirma que as organizações partidárias progressistas do período aguardavam (algumas) o seu registro e outras as melhorias do sistema de partidos políticos prometidas pelo então presidente, o general Lucas García. Por outro lado, os grupos guerrilheiros que acreditavam no momento “leninista” de levantamento urbano para “ganhar” a revolução, nesses momentos concentravam os seus esforços nas áreas do interior do país. Contudo na década de setenta, os movimentos sociais da capital foram ganhando força e cada vez mais se radicalizando, porém o avanço das políticas de repressão por parte do Estado através do exército e da polícia civil desarticularam vários movimentos e alguns até dissipá-los, fazendo com que os locais de greves e manifestações fossem espaços perigosos e de mortes (CASTAÑEDA, 2011).

Conforme Tejada (2011), nos departamentos do país, nos momentos que vários povos indígenas estavam-se organizando junto aos grupos guerrilheiros, na capital a guerrilha urbana e outros movimentos sociais, não tinham forças suficientes para resistir às ações do Estado e efetuar um levante urbano. Tejada (2011) expõe:

Quando se deu a rebelião rural, a cidade era um campo de extermínio para as unidades guerrilheiras e para os militantes clandestinos. Se na década de 1970 tinha se conseguido configurar um projeto político transformador, com amplo respaldo dos setores populares e camadas médias urbanas, para o início da década seguinte a repressão tinha provocado a radicalização de alguns e a desmobilização da maioria. A cidade da Guatemala foi testemunha silenciosa dos massacres que se desencadearam nas zonas rurais (CASTAÑEDA, 2011, p. 432, tradução nossa).

MacAllister (2011), afirma que para os Estados Unidos, na década de 1950, Guatemala serviria como exemplo para implementar a modernização, pois era uma sociedade agrária na qual a sua economia baseava-se na exportação de produtos agrícolas tais como o café, a banana, açúcar, algodão e animais de corte como gado. No século XIX, a elite econômica - que dominava Guatemala após ter separado o Estado da Igreja Católica - implantou três reformas significativas na “vida rural” do país. A primeira que dizia sobre mudanças na lei da propriedade fazendo com que as terras que pertenciam às comunidades indígenas fossem transferidas para empresários estrangeiros e guatemaltecos brancos - ou pelo menos não indígenas - com poder econômico muito maior; segundo, obrigar os povos indígenas, que antes possuíam algumas terras, a trabalhar nas mesmas e novas terras porém com outros donos; por último, revogar as

leis de proteção pós colonial para os povos indígenas, e motivar a inserção de pessoas brancas e não indígenas nos departamentos maioritariamente indígenas, para que esses pudessem chefiar os governos e as prefeituras locais. Segundo MacAllister (2011), as políticas supracitadas significaram 72% das terras “nas mãos” de 2% dos proprietários de terras.

O governo de Jacobo Arbenz, a partir de 1951, implantou alguns programas em avanço para a devolução de terras às comunidades indígenas e para a “modernização” do país pela via do desenvolvimento do mercado interno. Vale destacar que o governo de Juan José Arévalo, antecessor a Arbenz e primeiro governo pós-revolução de 1944, estabeleceu entre outras políticas de governo, a abolição do trabalho forçado por parte dos povos indígenas às elites econômicas e aos proprietários das terras brancos e estrangeiros.

Arbenz instituiu em 1952 a lei da Reforma Agrária, que pretendia a devolução das terras às comunidades indígenas e aos pequenos agricultores com a finalidade de se tornarem “pequenos capitalistas e consumidores potenciais” (CASTAÑEDA, 2011).

De acordo com MacAllister (2011), as políticas do governo de Arbenz eram fundamentadas nas recomendações para o desenvolvimento do Banco Internacional. Porém as mudanças realizadas pelo governo Arbenz significaram para os Estados Unidos e para as elites guatemaltecas, o avanço do comunismo no país centroamericano e na região. Com a implementação do Decreto Lei 900 - Reforma Agrária - por parte do governo Arbenz, um dos maiores proprietários de terras no país, a empresa estadunidense United Fruit Company, viu o seu monopólio ameaçado. Junto às políticas de governo da época, e a nomeação de José Manuel Fortuny - líder do partido comunista o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT) - ao cargo de assessor do presidente, nos últimos anos de governo, os interesses das elites guatemaltecas e do governo estadunidense ficaram ameaçados. Além disso, para MacAllister (2011) o episódio geopolítico da época com a recente vitória da revolução chinesa, alertou o governo estadunidense e as elites guatemaltecas e motivou a intervenção militar e o Golpe de Estado de 1954, que para esses significava, além da derrota do presidente Arbenz junto às suas políticas, a vitória contra o comunismo na região latinoamericana, embora as políticas do governo de Arbenz significavam o desenvolvimento capitalista do país.

MacAllister (2011) afirma que durante os anos de 1954 - 1960, o governo dos Estados Unidos, destinou 15% do “apoio” econômico da América Latina especificamente para Guatemala.

A ajuda serviu para dois propósitos: primeiro, para fortalecer a capacidade das forças de segurança internas da Guatemala para vigiar contra o comunismo e segundo, para implementar políticas de desenvolvimento desenhadas para criar “um clima que impedisse que o Comunismo prosperasse” (CASTAÑEDA, 2011, p. 140, tradução nossa).

As políticas do governo do coronel Carlos Castillo Armas, presidente pós-Golpe de Estado, continuaram algumas políticas do governo Arbenz, como a lei da Reforma Agrária, porém de forma diferente, “devolvendo” as terras aos antigos proprietários (estrangeiros e elites agrárias guatemaltecas) quem já utilizavam as terras de forma capitalista, e seguindo as “recomendações” dos Estados Unidos para o desenvolvimento do país com a não construção da indústria nacional e sim do mercado internacional.

5 TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E SISTEMA POLÍTICO

O Banco Mundial, segundo Tejada (2017), afirma que a região da América Central possui um dos níveis de desigualdade mais elevados da América Latina a partir do índice de Gini, “ocupando Guatemala (0,583) o segundo lugar após o Brasil (0,590) como as sociedades mais desiguais do continente.” (TEJADA, 2017, p. 14).

Para Tejada (2017), na Guatemala é possível observar uma ligação direta entre pobreza, participação e representação política, pois são os grupos historicamente excluídos que demonstram os menores níveis de participação política e pouca ou quase nula representação política nos espaços de tomada de decisões do Estado. Dessa forma, a exclusão social está relacionada com a exclusão política das pessoas. Ao mesmo tempo, o sistema político do país tem produzido e reproduzido essa desigualdade a partir da exclusão política supracitada, de forma que as elites econômicas e militares guatemaltecas limitam a ampliação dos espaços de participação.

A sociedade guatemalteca no século XXI é caracterizada por um processo de democratização que carrega com desigualdades históricas. A partir disso, Tejada (2017) questiona se a democracia guatemalteca possui os mecanismos e as ferramentas para o combate dessas desigualdades, ainda mais no período do pós-guerra. O autor (2017) expõe que sendo a democracia um sistema que organiza a sociedade, esta contém as condições para enfrentar essas desigualdades⁶, embora existam muitas dificuldades dadas as condições do passado e do presente no país.

Porém, para Tejada (2017) o debate não se concentra unicamente entre o funcionamento correto ou não das instituições políticas do país, e sim no “processo político” como um todo, pois nele estão inseridas tanto as instituições quanto os atores políticos. Vale lembrar que o

⁶ Tejada (2017) cita o autor Charles Boix (2004) que assegura que os sistemas democráticos se mantêm em sociedades desiguais.

Estado guatemalteco é um estado fragilizado pela colonização europeia, pela intervenção estadunidense, pela guerra de 36 anos, e pela redução de instrumentos que em certos momentos conseguiam contribuir com o desenvolvimento do país. A Guatemala, como afirma Tejada (2017), transitou de um “Estado contra insurgente” a um Estado reduzido.

A falta de uma política democrática na cidadania constitui outro problema social e político para Tejada (2017). De acordo com o autor, a política democrática precisa de atores políticos que possam participar de forma crítica nos espaços democráticos da sociedade, porém, na sociedade guatemalteca, é imposto um limite por parte do Estado e das elites econômicas e militares econômicas e militares para os grupos historicamente excluídos, isto através de séculos de repressão e exclusão de distintas formas.

Tejada (2017), expõe que a democracia é um amplo objeto de debate por parte de projetos políticos e/ou concepções que compreendem o que pode, deve ou não ser esse “regime político”; em alguns países nos quais tem-se instaurado um projeto democrático, o debate também se dá nos avanços e limites desse. Por outro lado, no caso da América Central, e neste caso da Guatemala, a “democracia” foi também utilizada para realizar atos de repressão e violência por parte do Estado contra a população especialmente contra os grupos historicamente excluídos, e com o fim da guerra interna foi iniciado a consolidação do processo democrático. Portanto, para Tejada (2017) não cabe aqui uma definição homogênea da democracia.

São apresentadas as seguintes perspectivas dentro do debate da democracia: agregativa, deliberativa, manejo de relações do poder, e a competição relacionada ao mercado. Seguindo a linha do autor Ian Shapiro, Tejada (2017) expõe que um dos princípios mais importantes na discussão da democracia tem a ver em como se favorece a “junção” de ideias individuais para um horizonte em comum por parte da vontade geral da sociedade. Assim, a teoria agregativa propõe uma explicação mínima da democracia, entendida esta como um “método” para a tomada de decisões ou para a escolha de quem possa tomá-las.

A teoria deliberativa, sugere que a democracia, a junção de perspectivas e interesses individuais para um bem comum deveriam ser transformadas em uma forma de construir o “bem comum”, que para Tejada (2017) esse é um dos grandes desafios da democracia. Porém, a deliberação requer igualdade entre quem delibera, pelo menos na informação e na educação. Isso explica por que os grupos mais privilegiados são quem mais participam politicamente. Embora as vantagens da deliberação, em cenários de alta desigualdade e conflitos de poder, a prática fica limitada e os acordos ficam afetados ou difíceis de alcançar.

Sobre o manejo de poder, a democracia tenta reduzir à dominação. A partir disso, a oposição é relevante no sistema político democrático, pois legitima a importância da alternância

de governo e mudanças dentro do Estado. A última perspectiva, sobre a competência do mercado, refere-se à capacidade de organização dos grupos da sociedade, à existência de igualdade da participação e competição política e eleitoral e ao estado econômico nacional e internacional.

Dessa forma, de acordo com Tejada (2017), apesar do aspecto procedimental da democracia há cenários e contextos históricos específicos que impedem sua reprodução e consolidação. Portanto, embora o parecer técnico e mínimo da democracia tente criar um conceito independente do cenário social e econômico, esta encontra-se totalmente vinculada a esses cenários.

Ressalta-se que o autor (2017), utilizou e detalhou a teoria de Shapiro, pois as suas ideias são amplamente utilizadas na ciência política ao igual que a sua teoria da democracia, que acompanhou processos distintos de democratização e possui grande influência no debate da América Latina. Porém, neste trabalho não há intenção de adentrar na discussão sobre as democracias. Como apontado por Dahl (2005), com seu conceito de poliarquia, existe um sistema democrático, mas a democracia pode não estar completamente estabelecida por diversos fatores da sociedade em análise.

Tejada (2017) assegura que a forte “repressão indiscriminada” e a falta de liberdade de expressão por parte dos governos militares durante várias décadas na Guatemala, causaram uma espécie de “trauma democrático”, sendo assim, nas discussões sobre democracia no país, foram considerados os elementos mínimos da teoria democrática como componentes importantes que devem ser “resguardados”. Em vista disso, essa visão sobre a democracia foi com o tempo consolidando-se entre os debates acadêmicos como “hegemônica”, mas “heterogênea” nas forças políticas; “enquanto no sul do continente existiu cedo um consenso entre a maioria dos partidos, na América Central as oposições armadas aceitaram a validade desses regimes só a princípios da década dos noventa”. (TEJADA, 2017, p. 24, tradução nossa).

Segundo Tejada (2017), é importante observar o Estado desde uma concepção complexa e não somente como um “instrumento de dominação de classe”, pois os fracassos ou pelo menos as grandes falhas da democracia guatemalteca também possuem relação com a falta de um “Estado forte” capaz de concretizar os acordos sociais, políticos e econômicos expostos na Constituição da República. Por exemplo, mesmo seguindo o princípio procedimental da democracia, para o seu funcionamento é preciso que as pessoas possuam condições boas de eleger e ser eleitos a partir de uma certa igualdade. De fato, segundo Tejada (2017), para as eleições, o princípio de “um homem/uma mulher um voto” é relevante no tema da igualdade,

porém, a falta de condições - informação, educação, recursos, etc - pode significar uma limitante grande na igualdade.

Tejada (2017) apresenta os três projetos políticos que disputam o espaço democrático segundo Dagnino. Sendo estes o projeto autoritário, o neoliberal e o democrático participativo. Embora estes poucas vezes se exteriorizem como tal, sua menção é importante para compreender o contexto guatemalteco, especificamente durante os anos da guerra, no qual, o projeto neoliberal teve uma ligação direta com o projeto autoritário durante o período da redemocratização (1985 - 1999), que além da imposição da hegemonia do mercado no país, tinha como objetivo a derrota dos grupos insurgentes, onde no final a política anticomunista conservadora se impôs aos princípios liberais de mercado. Para Tejada (2017), então, é possível observar uma

“[...] “democracia sem política”, devido à hegemonia do “paradigma macroeconômico baseado na estabilidade monetária” que impede a eleição de alternativas diferentes; “democracia sem inclusão” devido à manutenção da concentração da renda e à exclusão social; “democracia sem mecanismos de promoção de igualdade e da coesão social” pela inexistência de estados com capacidade para garantir mínimos sociais [...] (Tejada, 2017, p. 30).

A igualdade política refere-se à oportunidade e ao direito que todas as pessoas dentro de uma sociedade possuem para participar nas decisões que afetam a sociedade sem que as diferenças de gênero, raça, idade, e renda, permitam que uma ideia individual ou de grupo seja mais ou menos relevante. Segundo Tejada (2017), o princípio da igualdade política com a sua dificuldade de implementação nas sociedades, tem sido em alguns casos resolvida através de mecanismos de representação que “facilitam” a igualdade em alguns aspectos do processo político. Dessa forma, a igualdade política individual pelo menos deveria de ser promovida pelo Estado para que todas as pessoas da sociedade possam ter o direito de “eleger e ser eleitos” e dessa forma estar levemente garantida uma forma de participação política dentro de uma democracia. Também, outra forma de participação política, mas de condição coletiva, tem a ver com os partidos políticos e os movimentos sociais. Assim, não existem impedimentos legais para o registro ou para a formação de partidos políticos por razões políticas e/ou ideológicas, como no caso da Guatemala que é na prática que acontecem obstáculos que limitam a participação ou a igualdade de participação dos partidos políticos. Por exemplo, o financiamento privado a partidos políticos torna-se um reproduzidor de “assimetrias do poder”, um limitante para algumas organizações, especialmente de esquerda, e um determinante nos resultados do jogo político.

De acordo com Tejada (2017), o estado subjetivo “ideal” de uma das formas de participação política individual, é a capacidade de emitir o voto de forma informada e com total autonomia e independência. A pessoa que é eleitora deve ter tido acesso a condições mínimas de vida, a distintas fontes de informação sobre o processo de eleição e não ter sido “obrigada” direta ou indiretamente a apoiar candidatos ou partidos específicos. Ou seja, para o autor (2017) a participação política não se mede unicamente através da porcentagem da sociedade que vai às urnas, mas também pelas condições nas quais a cidadania se encontra. Dessa maneira, os projetos políticos com a intenção de favorecer as condições de vida das pessoas na Guatemala, foram durante décadas impedidos pelos governos autoritários, de forma que pelo agir clandestino foram limitados para a participação e para a definição de políticas.

Na Guatemala o início do processo de democratização não tinha como objetivo a instauração de uma ordem democrática, mas a derrota das forças guerrilheiras e demais movimentos insurgentes. Tejada (2017) afirma que a realização das chamadas primeiras eleições livres - 1985 - pretendia como primeiro ponto a derrota militar dos grupos insurgentes e segundo, a derrota política delas. Pelo que, não foi praticada a participação política cidadã em si, senão foi permitido uma determinada participação civil para anular os movimentos políticos da esquerda.

5.1 GUATEMALA, INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO E DEPENDÊNCIA DE TRAJETÓRIA

Pode-se utilizar aqui a abordagem institucionalista histórica, que conforme Steinmo e Thelen (1992), propõe a construção de teorias que possam explicar o desenvolvimento econômico e político, por exemplo, do Estado, considerando como variável independente elementos intermediários, como o eleitorado, a relação entre o Estado e a sociedade, o jogo político, os partidos políticos, etc. Para o institucionalismo histórico, as decisões políticas dos agentes políticos e a forma como está conformada a estrutura da sociedade, determinam as instituições e o espaço político.

Fernandes (2002), afirma que para o institucionalismo histórico e social, é relevante o agir racional por parte das pessoas para o entendimento do processo político, porém a ação racional desses está diretamente influenciada pelos processos históricos do passado.

O conceito de novo institucionalismo, dentro da ciência política, segundo Fernandes (2002), é definido de forma geral, como a realização de análises sobre processos políticos considerando as instituições como variáveis independentes. Além disso, dentro da visão neo

institucionalista, existem várias abordagens dentro das quais encontram-se a escolha racional, o institucionalismo histórico, e sociológico. Por um lado, a escolha racional, considera que as instituições possuem problemas de ação coletiva, originados pela falta de acordos entre as pessoas de uma sociedade. Autores dessa abordagem acreditam que as instituições do Estado são conformadas por indivíduos que decidem e atuam a partir de interesses pessoais, e tais decisões geram resultados coletivos. Também dentro da escolha racional são localizadas a teoria analítica da economia e a teoria dos jogos, nas quais atores políticos com interesses individuais competem que nem no mercado, na procura de aumentar seu apoio e seus votos.

Por outro lado, o institucionalismo sociológico, compreende as instituições como resultados de processos históricos e culturais que criam regras para a sociedade no decorrer do tempo. Dessa forma, a sociedade internaliza padrões criados por ela mesmo que são entendidos como consequências de processos institucionais e sociais. Além disso, as instituições são variáveis dependendo do cenário no qual se encontrem.

Para Thelen (1999) o importante é identificar que tanto a escolha racional quanto o institucionalismo histórico, procuram criar hipóteses aplicadas a eventos empíricos. Ademais, ambas abordagens, além de testar a teoria para explicar fatos essenciais contra cenários observados, põem contribuir e aprimorar a teoria.

Thelen (1999), enfatiza que o institucionalismo histórico utiliza um estudo aprofundado de situações específicas para explicar questões gerais relevantes. Além disso, tal abordagem destaca que muitas das consequências contemporâneas encontram-se dentro das instituições, tanto em forma de normas formais quanto de organização política, pelo que então o institucionalismo histórico ressalta o contexto histórico dos casos analisados para a formação e desenvolvimento de instituições. Ou seja, para essa perspectiva, a formação de instituições não pode ser observada separadamente do contexto político e social na qual estão inseridas.

Também é importante mencionar que, conforme afirmam Rueschemeyer et al. (1992) cada uma dessas abordagens comprova que a análise das causas se refere também à análise de sequência.

Como uma das fundamentais concepções de análise dessa corrente encontra-se a chamada Path dependency, que segundo Fernandes (2002), destaca a existência de legados políticos a partir de decisões políticas consecutivas. Essa perspectiva é definida como o entendimento que as decisões e processos políticos em momentos específicos definem os resultados do contexto atual de países e/ou Estados. Isto é, acontecimentos passados influenciam e determinam o presente estado. Ademais, destaca-se que, no momento de tomada de decisão de início de um caminho, por parte de atores políticos frente a um contexto

específico, existem custos muito altos para mudar posteriormente tal decisão. Ou seja, como afirma Fernandes (2002, p. 83), “em momentos críticos no desenvolvimento de um país (ou outra unidade de análise), estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão novos pontos de escolha para mudança mais adiante”.

Tal afirmação expressa que um resultado gerado por uma ou várias causas do passado se converte em uma causa desse mesmo resultado em momentos posteriores.

Um elemento importante para a dependência de trajetória ou path dependency, é o conceito de conjuntura crítica, que segundo Fernandes (2002), são momentos críticos específicos de um país, nos quais acontecem mudanças que estabelecem um legado ou caminho específico. De acordo com Collier e Collier (1991), a conjuntura crítica significa um período específico de mudança, o qual pode produzir resultados/legados distintos, ou seja, um momento de transição de um Estado, caracterizado por um cenário de profunda transformação tanto institucional quanto de outro tipo. A conjuntura crítica, afirma Fernandes (2002), pode durar muitos anos, ao longo dos quais o processo de transformação que vai se estabelecendo deixa um modo de ser que leva aos agentes políticos a fazerem escolhas distintas e contínuas visando a formação dessa dependência de trajetória.

Além disso, Collier e Collier (1991) afirmam que a conjuntura crítica pode ocorrer em diferentes momentos da história da unidade em análise.

Collier e Collier (1991), apresentam alguns componentes importantes para a compreensão da conjuntura crítica. Primeiro, as condições antecedentes, referem-se à análise das condições da conjuntura para saber se essas têm relação ao momento crítico ou às causas anteriores a estas; segundo, a clivagem ou a crise, tem a ver com os acordos realizados pelos atores e/ou grupos políticos, que podem gerar uma mudança que deixe uma forma específica de funcionar do Estado; terceiro, o legado, o qual não é gerado de forma automática, mas como um resultado de processos e decisões políticas. Collier e Collier (1991), afirmam que o legado se refere às medidas tomadas, frente à conjuntura crítica, que irão criar uma trajetória econômica e política específica; quarto, diferença entre causa constante e causa histórica, onde a primeira causa funciona indicando certa continuidade, mas que, diferente da segunda, não advêm de conjunturas críticas; e por último, o fim do legado, onde este vai acabar embora o fim dele possa não ter sido criado ainda.

Portanto, a teoria acima apresentada do estudo político através do institucionalismo histórico utilizando a dependência de trajetória, busca explorar como acordos, regras e decisões realizadas e criadas entres atores políticos através do tempo, podem gerar instituições políticas que estabelecem um certo legado político e econômico difícil de mudar, embora como afirma

Fernandes (2002), não significa que novos elementos de transformação não possam ser desenvolvidas durante a mesma dependência de trajetória.

Importante mencionar que no caso guatemalteco, os grupos e organizações partidárias de esquerda - social-democratas, socialistas e comunistas - que foram se formando durante o século XX foram em todo momento altamente reprimidos pelo Estado, diferentemente de cenários de outros países da região, nos quais organizações e partidos de esquerda foram permitidos - mesmo em alguns casos também com muita repressão - de se desenvolver e estruturar como parte do projeto democrático. Na Guatemala, esses grupos se formaram e desenvolveram “não só na clandestinidade ou semiclandestinidade, mas em permanente confronto com o Estado e fora do sistema político”. (TEJADA, 2017, p. 50, tradução nossa).

Sobre o pluralismo dentro do processo político, Tejada (2017) menciona que o autor Robert Dahl, definiu que o poder político dos Estados Unidos era conformado por indivíduos ou grupos de elites competitivas. Alega que embora o poder econômico e político não fosse distribuído, não existia um só grupo que detinha o poder excessivo, de forma que o poder político estava aberto a diversos interesses, o que produzia então, poliarquias. Com isso, apesar das críticas e insuficiências das propostas de Dahl, Tejada (2017) menciona que para o caso guatemalteco, é importante reconhecer que de fato há pluralidade de agentes que disputam o poder político do Estado. Porém quanto mais diversidade de atores maior é a probabilidade de alguns terem maior influência que outros no jogo político, criando o que se conhece como “pluralismo assimétrico”, decorrente assim, dos problemas estruturais do sistema político.

Dessa forma, segundo Tejada (2017), a interpretação do sistema político guatemalteco está vinculada e caracterizada por dois pontos, primeiro pode-se observar um certo pluralismo assimétrico no qual existem diferentes atores na disputa do Estado que afirmam tal pluralismo, porém o peso desses faz com que no jogo político possam ser observadas assimetrias de poder. Assim, os recursos econômicos - mas não só - detidos pelas elites econômicas e militares permitem uma maior dominação do jogo frente a outros grupos e atores; segundo, nota-se uma distorção estrutural nas instituições políticas, e as regras do jogo político produzem desigualdade de participação, representação, competição e resultados. Para Tejada (2017, p. 62, Tradução nossa),

“O desenho das instituições políticas facilita a participação e representação de alguns indivíduos e grupos enquanto dificulta a de outros, na competição política alguns grupos possuem vantagens a partir do financiamento privado e o controle dos meios de comunicação. No tema de resultados, compreendendo que o que está em jogo dentro do sistema político é o controle do Estado para orientar as decisões e políticas desses em benefícios de uns ou outros atores.”

Vale ressaltar que o processo democrático da Guatemala não ocorreu de forma linear, e passa por várias discontinuidades. Logo, como afirma Tejada (2017), tal processo esteve acompanhado do desgaste das condições de vida da maioria da sociedade guatemalteca, especialmente dos grupos pobres e indígenas, ainda mais por causa da guerra civil e pela falta de serviços estatais. Socialmente podem ser identificadas duas fases, a primeira, marcada pelo aumento do conflito político e militar; e a segunda pelas mudanças sociais que têm atravessado o país com “novas” realidades tais como a migração e a urbanização. No caso político, na primeira etapa, pode se observar que o exército, os partidos políticos permitidos e as elites econômicas e militares econômicas, durante a guerra, entendem que para a derrota dos movimentos revolucionários é preciso a realização de acordos, inclusive no tema da participação política e eleições. Ou seja, acordos que não modifiquem o cenário político, mas que contribuam para o fracasso revolucionário e que além disso, corresponda ao contexto democrático que se formava na região e no mundo. Na segunda etapa, encontram-se as negociações para os acordos de paz.

Dessa forma, é possível perceber e identificar neste caso duas conjunturas críticas, retomando aqui o debate dos institucionalismo histórico. A primeira conjuntura crítica está marcada pela primeira etapa, em que as elites econômicas e militares que controlam o país durante a guerra perceberam a necessidade de realizar uma abertura política, embora mínima, para vencer a guerra, isto é, no ano do início da redemocratização (1985). A segunda conjuntura crítica se apresenta com a finalização das assinaturas dos Acordos de Paz em 1996.

Embora não exista um consenso sobre a data de início da transição democrática na Guatemala, Tejada (2017) diz que esta pode ser definida no momento da realização das primeiras eleições da chamada “nova etapa democrática” e da construção de uma Assembleia Nacional Constituinte para a formação de uma nova Constituição da República. Assim, esta data seria em 1985. No entanto, se compreende essa transição como “inconclusa” dado que as esquerdas no país não têm conseguido disputar o poder dentro do jogo democrático.

Caso se reconhecesse a celebração periódica de eleições como um princípio fundamental da democracia, o caso da Guatemala colocaria em questionamento o dito princípio, pois como visto anteriormente, eleições restritas e com disputa entre os grupos de poder eram realizadas durante a guerra civil. Segundo Tejada (2017), em alguns casos se afirma que a realização de eleições durante a guerra era também uma estratégia e pressão por parte dos governos estadunidenses com as políticas anticomunistas, considerando que existia na Guatemala uma ameaça para as elites econômicas e militares guatemaltecas e para os governos estadunidenses.

Após a derrocada de Ríos Montt em 1983, foi proposto também pelo Estado autoritário:

“[...] a convocação de eleições para pressionar politicamente à insurgência, que teria menos legitimidade para enfrentar um governo eleito, e o exército conseguiria tirar a responsabilidade de ter no seu controle o aparato do governo e se concentrar assim, na guerra.” (TEJADA, 2017, p. 103, Tradução nossa).

Dessa forma, não se trata de uma transição democrática que fosse forjada pela mobilização dos movimentos e partidos de esquerda, ou pela sociedade em geral, mas de uma resolução por parte dos grupos detentores do poder com propósitos diferentes à construção de um processo democrático.

Para Tejada (2017) é importante destacar que algumas organizações partidárias não de esquerda, se mantiveram durante os anos da guerra e contribuíram à legitimação dos governos autoritários. A partir desta concepção podem ser observadas algumas continuidades de alguns partidos políticos que passaram do período autoritário ao período eleitoral democrático, mas também na forma do sistema que foi se constituindo. Assim, o Partido Revolucionário (PR), Partido Institucional Democrático (PID), Movimento de Libertação Nacional (MLN) e a Democracia Cristã Guatemalteca (DCG), foram as organizações que predominaram na época da guerra, e junto ao novo partido a União de Centro Nacional (UCN), continuaram durante a primeira etapa do processo democrático, no qual as esquerdas eram restringidas de participar no processo.

Ainda que as chamadas primeiras eleições livres e as eleições para a nova Constituição foram realizadas em um cenário que limitava a pluralidade e a participação política, estas permitiram a geração de uma nova Constituição utilizada até hoje. Porém, esta carrega formas de exclusão das épocas passadas que limitam a possibilidade de mudanças nos temas econômicos e agrários, e não atende, por exemplo, aos processos de reconhecimento da identidade dos povos indígenas e de gênero. A criação de uma nova Constituição da República com as suas limitantes aplicadas até hoje, constitui o legado produzido a partir da primeira conjuntura crítica, no que diz respeito à teoria do institucionalismo histórico e do *Path dependency*.

Desse modo, como tem se observado, o processo de instauração de uma ordem democrática na Guatemala tem sido "trêmula" e adversa. Como afirma Tejada (2017), grupos da sociedade passaram da mobilização, da insurgência social e política para a busca pela sobrevivência.

Além de que o processo democrático guatemalteco foi criado em um contexto problemático e de que a instituição dele não se deu - pelo menos inicialmente - com objetivos

da construção de um sistema democrático mas conseguir a derrota dos movimentos guerrilheiros, é relevante mencionar que o processo também ocorreu em um cenário de debacle econômico e de pobreza, que mesmo com a participação eleitoral, não foi permitida a participação política ativa, e em termos de organizações políticas de esquerda, a participação partidária ativa deu-se aproximadamente até 1995 com a permissão da criação da Frente Democrática Nova Guatemala (FDNG), e mais especificamente até às próximas eleições após os acordos de paz em 1996. Tejada (2017) afirma - ainda que questionável - que a mínima democracia eleitoral abriu caminhos para novos processos de democratização que junto aos Acordos de Paz geraram uma conjuntura política com maiores potencialidades.

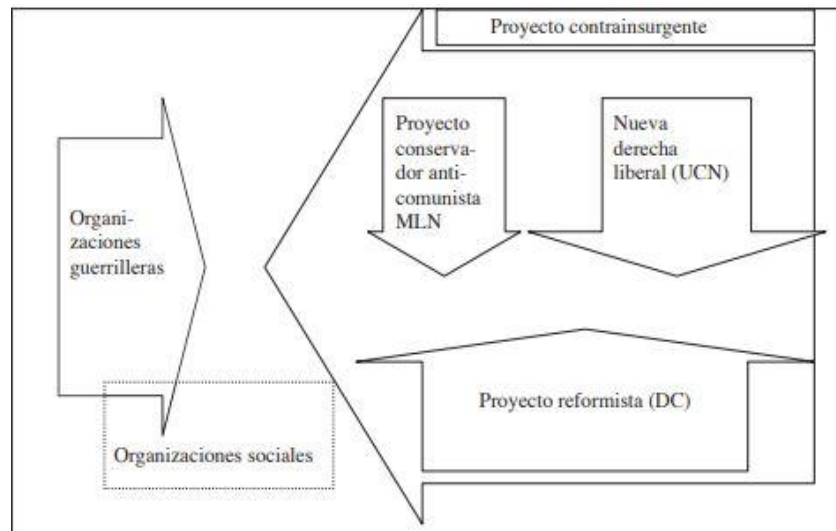
Desse modo, na Guatemala desde o início de 1960, especialmente na década de 1980, se reconhecia dois projetos políticos, primeiro o projeto insurgente revolucionário conformado pelas organizações guerrilheiras e movimentos sociais que pretendiam a instauração de uma democracia popular. Segundo contrários a esses grupos, o Estado e as elites econômicas e militares comandando um projeto contrarrevolucionário que além das ações militares de repressão contra a sociedade, realizaram processos eleitorais incluindo a Assembleia Nacional Constituinte. Conforme Tejada (2017), tal sistema contava com a aprovação e participação dos governos do Estados Unidos, que com um governo eleito, as condições de aplicar políticas anticomunistas tornava-se melhor. Da mesma forma, para Tejada (2017), o projeto contrarrevolucionário criou um sistema político de partidos, dentro do qual a condição para participar do jogo eleitoral era a derrota dos movimentos guerrilheiros e a preservação do status quo.

Foi então produzido:

“[...] um subprojeto reformista impulsionado pela Democracia Cristã Guatemalteca (DCG) que apontava ao impulso de certas políticas sociais mas que quando esteve no governo entre 1986 e 1990 não conseguiu impulsionar políticas coerentes; um projeto doutrinariamente anticomunista e conservador impulsionado pelo Movimento de Libertação Nacional (MLN); e um projeto liberar impulsionado pelo novo partido União de Centro Nacional (UCN). Estas três forças políticas praticamente empataram nas eleições para a constituinte e elaboraram como um acordo em comum, uma constituição que não atentou contra o marco geral previamente estabelecido pelo exército.” (TEJADA, 2017, p. 122, Tradução nossa).

Tejada (2017), apresenta um quadro, no qual é mostrado o cenário político e partidário a partir do golpe de Estado de 1982 até o início da chamada transição democrática.

Figura 1 - Conflito político Guatemala (1982-1985)



Fonte: Tejada, Ricardo (2017).

No início da década de 1990, para além dos partidos políticos tradicionais, foram surgindo outros grupos empresariais que não se identificavam com essas organizações partidárias de tradição, e que além disso, reconheciam a guerra civil como um entrave para o avanço econômico do país.

Assim, podem ser identificados os partidos tradicionais que se mantiveram e colaboraram com os governos autoritários e que no início da transição democrática continuaram no governo e ocupando maioria de cadeiras dentro do parlamento, tais como o PR, a DCG, o MLN, o PID, e a UCN. Por outro lado, os “novos” grupos empresariais emergentes, alguns grupos que representam o conservadorismo guatemalteco, mas que não se desligam das organizações partidárias tradicionais formando novos grupos, e por último os movimentos sociais e guerrilheiros.

Destaca-se que a diferença de outros países da região que no espaço político partidário tem havido uma polarização entre partidos tradicionais e partidos de oposição, no caso guatemalteco, se verifica, como afirma Tejada (2017), uma construção e funcionamento do sistema de partidos políticos que dificulta a conformação e o estabelecimento de programas e concepções opostas e que sustenta a permanência do sistema político e do status quo.

Na década de 1990, organizações partidárias da chamada “segunda geração”, provenientes desses grupos empresariais e outros grupos que representam o conservadorismo tradicional, tais como o Partido de Avanzada Nacional (PAN) e o Frente Republicano Guatemalteco (FRG), passam a se tornar como partidos hegemônicos. De acordo com Tejada (2017), não houve nesse momento ampliação da participação política partidária que incluísse a

participação de grupos revolucionários, senão foi se abrindo o caminho para o desenvolvimento dos partidos das elites econômicas e militares, os quais governaram, com contadas exceções, até a atualidade.⁷

Sobre os processos de paz, os Acordos se deram como já mencionado, entre os grupos guerrilheiros e os governos eleitos. Não obstante, cabe ressaltar que as negociações e a busca pela solução da guerra, por parte dos movimentos guerrilheiros, aconteceram desde o ano 1986, no momento do denominado primeiro governo eleito democraticamente de Vinicio Cerezo da DCG, mas essas negociações só foram consolidadas até o governo de Álvaro Arzú do PAN em 1996.⁸

O governo de Arzú (PAN), a partir de 1996, foi caracterizado por um programa neoliberal, de modernização do país, decidido a implementar, ao mesmo tempo, políticas sociais e políticas de privatização.

Logo, em relação ao conceito de *Path Dependency*, as negociações finais dos Acordos de Paz em 1996 representam a segunda conjuntura crítica e o seu legado no que se refere a direitos humanos. Nesse legado, destaca-se a permissão ampla da participação política e partidária dos grupos guerrilheiros, principalmente após as eleições gerais em 1999, como será discutido nos capítulos seguintes.

6 ORGANIZAÇÕES GUERRILHEIRAS E A TRANSIÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

No ano 1982, as quatro facções guerrilheiras (EGP, ORPA, FAR e o PGT), conformaram a Unidade Revolucionária Guatemalteca (URNG). Tal organização foi se constituindo como um projeto político partidário reformista e democrático, e não mais anti sistema. Assim, a URNG foi somando propostas dos grupos e movimentos que foram também excluídos durante a transição democrática. Isso, conforme Tejada (2017), é importante para compreender o porquê de mesmo com a derrota militar das organizações guerrilheiras, a URNG nas mesas de negociação para os Acordos de Paz, representou não somente a posição e força

⁷ Com as eleições parlamentares antecipadas, quem mais obteve votos foi o PAN, que era formado pela elite econômica, e o FRG, o partido do ditador Ríos Montt, que segundo Tejada (2017, p. 130, Tradução nossa), “[...] era a expressão da direita conservadora e de setores da burguesia que não pertenciam às elites econômicas e militares econômicas”.

⁸ Tejada (2017), afirma que Arzú mesmo sendo um dos fundadores do PAN (partido da segunda geração fora do autoritarismo) pertencia, além da elite *criolla*, ao anticomunismo tradicional guatemalteco como dirigente do MLN.

das guerrilhas mas também de muitos setores da sociedade que foram privados e restringidos do processo de instauração democrática.

Dentro dos Acordos de Paz, foram incluídos temas como o reconhecimento da identidade dos povos indígenas e os seus direitos, a consolidação do poder civil e o agir do exército dentro de uma ordem democrático, a nova constituição de 1985, a importância do sistema eleitoral, e como pontos principais, o fim da guerra e a integração digna das guerrilhas na sociedade guatemalteca.

Tejada (2017) realizou uma comparação dos temas tratados nos Acordos de Paz na Guatemala e no El Salvador. Observa-se que no caso guatemalteco foram discutidos e realizados acordos mais amplos, além da reincorporação dos movimentos guerrilheiros.

Figura 2 - Acordos alcançados durante os processos de negociações em El Salvador e a Guatemala

El Salvador		Guatemala	
1990			
4 de abril	Acuerdo para el inicio de las negociaciones con la mediación de las Naciones Unidas	29 de marzo	Acuerdo de Oslo (acuerdo básico para la búsqueda de la paz por medios políticos)
16-21 de mayo	Agenda general y calendario del proceso de negociación		
20-26 de julio	Acuerdo Sobre Derechos Humanos		
1991			
4-27 de abril	Acuerdo Sobre Reformas Constitucionales o Acuerdo de México	26 de Abril	Acuerdo de México (procedimiento para la búsqueda de la paz por medios políticos y acuerdo del temario general)
16-25 de septiembre	Acuerdo de Nueva York	25 de junio	Acuerdo de Querétaro (acuerdo marco sobre democratización para la búsqueda de la paz por medios políticos)
16-31 de diciembre	Acta de Nueva York I		
1992			
2-13 de enero	Acta de Nueva York II	10 de enero	Acuerdo marco para la reanudación del proceso de negociación con mediación de Naciones Unidas
16 de enero	Firma de Acuerdos Finales de paz.	29 de marzo	Acuerdo de Calendario de las negociaciones
		29 de marzo	Acuerdo global sobre derechos humanos
		17 de junio	Acuerdo para el reasentamiento de las poblaciones desarraigadas
		23 de junio	Acuerdo sobre el establecimiento de la comisión para el esclarecimiento histórico
1995			
		31 de marzo	Acuerdo sobre identidad y derechos de los pueblos indígenas
1996			
		6 de mayo	Acuerdo sobre aspectos socioeconómicos y situación agraria
		19 de septiembre	Acuerdo sobre fortalecimiento del poder civil y función del ejército en una sociedad democrática
		4 de diciembre	Acuerdo sobre el cese al fuego
		7 de diciembre	Acuerdo sobre reformas constitucionales y régimen electoral
		12 de diciembre	Acuerdo sobre bases para la incorporación de la URNG a la legalidad
		29 de diciembre	Cronograma y Acuerdo final de paz firme y duradera

Fonte: Tejada, Ricardo (2017).

7 ANOS APÓS ACORDOS DE PAZ E PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

Anos após os Acordos de Paz e das eleições de 1996, na qual tinha sido escolhido para presidente da república, Álvaro Árzu do PAN, foram realizadas as eleições gerais de 1999. Nessas eleições foi a primeira vez que a URNG era permitida de participar. Dessa forma, para competir nas eleições gerais, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca - URNG - junto ao Partido político DIA e a organização não partidária Unidade da Esquerda Democrática - UNID -, formaram a coalizão chamada Aliança Nova Nação - ANN, colocando como candidato a presidente Álvaro Colom.

Colom, anos após foi um dos fundadores do Partido Unidade Nacional da Esperanza (UNE) através do qual ganhou as eleições à presidência de 2007. A UNE se afirma como um partido social-democrata, mas as suas alianças com grandes empresários guatemaltecos, casos de corrupção ligados a pessoas do partido, e seu financiamento direto, segundo Lambert (2007)⁹, por parte de uma das maiores famílias da elite econômica guatemalteca que financia também outros partidos políticos de direita, deixa essa afirmação em questionamento.

De acordo com o informe da ASIES - Asociación de educación y Estudios Sociales - (2004), nas eleições de 1999 para o cargo de presidente, a ANN ficou em terceiro lugar, atrás do PAN (que obteve o segundo lugar no segundo turno com **31,69%** dos votos), e da FRG (que obteve o primeiro lugar no segundo turno com **68,31%** dos votos), e obteve 12,3% dos votos do eleitorado. Além disso, conseguiu nove cadeiras para deputados no Congresso da República. Foi a única vez, desde as primeiras eleições que participaram até a atualidade, que a URNG conseguiu chegar mais perto da cadeira de presidente na Guatemala.

Nas eleições realizadas em 2003, também para o cargo de presidente, ficou em sexto lugar e obteve 2,58% dos votos.

Importante ressaltar que até 2003, a URNG tinha sido o único partido político do país, que lançava dentro da chapa para o cargo de presidente e vice-presidente, uma pessoa indígena. Apresentando como candidato à presidência, Rodrigo Astúrias, e como vice-presidente Pablo Ceto, líder indígena do departamento do Quiché.

Mostra-se, a seguir, o quadro realizado pela Associação de Investigação e Estudos Sociais (ASIES, 2004, p. 100), sobre o desempenho eleitoral da URNG, nas eleições de 1999 e de 2003.

⁹ LAMBERT, Renaud. Guatemala: o lento despertar do gigante. Le monde Diplomatique Brasil, Política / América Latina. Brasil. 01 set. 2007. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/guatemala-o-lento-despertar-do-gigante/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

Figura 3 - Desempenho eleitoral do partido Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca

Número y % de votos válidos; cargos obtenidos en el período 1999-2003

	1999 Generales (+)	2003 Generales
Elección presidencial, <i>Primera vuelta</i>	270,891 12.36%	69,297 2.58%
Elección de diputados, <i>Lista nacional</i>	231,309	107,276
Diputados electos	2	1
Elección de diputados <i>Distritales</i>	172,595	104,889
Diputados electos	7	1
Diputados electos s/total	9/113	2/158
Diputados electos al PARLACEN	2/20	1/20
Total de votos obtenidos en la Elección Municipal	123,413	85,068
<i>Candidatos postulados a Alcaldes</i>	180	158
Alcaldes electos s/ total	14/330	8/331 2.42%

Fuente: elaboración del DISOP/ASIES, según información oficial del TSE y del partido político.

(+) En 1999 participó en coalición con el Partido DÍA

Fonte: Asociación de educación y Estudios Sociales (2004).

A URNG constitui um dos principais partidos políticos de esquerda na Guatemala. Além dele, encontram-se atualmente o Partido Movimento Político Winaq - WINAQ -, o Partido Movimento Semilla, e o Partido Movimento pela Libertação dos Povos - MLP.

Segundo os dados da ASIES (2012), o Movimento político Winaq - WINAQ - surgiu com o objetivo de criar uma organização partidária majoritariamente indígena, com princípios como a identidade dos povos indígenas e o respeito aos seus direitos e culturas. Foi fundado legalmente em 2011, tendo como uma das suas fundadoras a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, Rigoberta Menchú. Apesar de a organização ter sido formalmente registrada em 2011, dadas as eleições gerais também em 2011, o partido decidiu realizar uma coalizão junto à URNG - que também possui amplamente bases formadas por pessoas indígenas - chamada de Frente Ampla, colocando como candidata à presidência a Rigoberta Menchú.

Nas eleições de 2011, segundo o informe da ASIES (2012), a Frente Ampla ficou em sexto lugar obtendo 3,26% dos votos.

Por outro lado, o Movimento Semilla foi formado, segundo o site oficial do partido, a partir das manifestações contra a corrupção no ano de 2015, mas registrado oficialmente como partido em 2018 com princípios sociais-democratas. Nas eleições de 2019 para o cargo de presidente tinha lançado a candidatura de Thelma Aldana (ex fiscal do Ministério Público),

porém foi impedida de participar por causa de perseguições políticas. Importante mencionar que nas eleições de 2019 o partido conseguiu colocar 6 deputados no Congresso da República.

Além dessas organizações, encontra-se o Movimento pela Libertação dos Povos - MLP. Tal partido forma parte do Comité de Desenvolvimento Campesino (CODECA), o qual é um dos principais movimentos sociais na Guatemala e é formado majoritariamente por pessoas indígenas do interior do país.

O MLP se denomina segundo Arreaga (2018)¹⁰, como o primeiro partido político da história da Guatemala que foi estruturado dentro dos movimentos sociais. Foi registrado formalmente como partido político no ano de 2018.

Nas eleições de 2019, o partido obteve uma cadeira de deputado no Congresso da República. Além disso, para o cargo de presidente, o MLP lançou a candidatura da mulher indígena, Thelma Cabrera, obtendo 10.37%¹¹ dos votos e ficando em quarto lugar da competição. Dessa forma, o resultado que obteve o MLP, significa a segunda vez na história do país, e ainda mais, desde a transição democrática, que um partido de esquerda chega mais perto de poder participar do segundo turno nas eleições gerais.

8 CONCLUSÃO

Tejada (2017) afirma que embora no caso guatemalteco, os Acordos de Paz promoveram mudanças no sistema político e contribuíram para o que foi chamado de transição democrática, o funcionamento do sistema político, especialmente de partidos políticos, têm possibilitado e facilitado para que as elites econômicas e militares econômicas e parte do exército, continuem, mantenham e “repartam” entre eles o controle do Estado, mesmo nos anos pós Acordos de Paz.

Por outro lado, graças às negociações de paz e aos acordos, houve alterações legais que permitiram o avanço no processo da democratização no país, como por exemplo, a garantia dos direitos humanos, reconhecimento da identidade dos povos indígenas, a permissão de participação de grupos políticos de esquerda, e a competição eleitoral. No entanto, essas mudanças não significam um avanço na democracia, mas mudanças dentro do sistema político instaurado, principalmente quando comparado com o sistema autoritário antes e durante a

¹⁰ ARREAGA, Stef. Los movimientos sociales ya tienen partido, el Movimiento para la Liberación de los Pueblos (MLP). Prensa Comunitaria, Guatemala, Noticias, Territorios, Últimas Noticias. Guatemala. 07 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.prensacomunitaria.org/2018/11/oficialmente-inscrito-el-partido-movimiento-para-la-liberacion-de-los-pueblos-mlp1/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

¹¹ Resultados das eleições de 2019 pelo site do Tribunal Supremo Eleitoral, Guatemala: <https://resultados2019.tse.org.gt/201901/#>

guerra. Assim, se percorreu, segundo Tejada (2017, p, 191, Tradução nossa), de governos autoritários a modelos políticos “[...] nos quais se cumpre formalmente a institucionalidade democrática; e da exclusão e do impedimento de atores políticos de esquerda, a um pluralismo limitado pelas condições da competência eleitoral”.

As condições estruturais da Guatemala geraram a “polarização” que levou à guerra, ao enfrentamento entre quem possuem o poder, não somente político, mas também, e quem foram por décadas proibidos e excluídos desse poder. No momento democrático,

“a polarização social tem contribuído à fragmentação política e à utilização de métodos clientelares para captar e manter a contingentes de eleitores. Não é por acaso que, [...] nos distritos eleitorais mais pobres, agentes políticos influentes constroem amplas redes clientelares que se mobilizam de um partido a outro.” (TEJADA, 2017, p. 193, Tradução nossa).

Dessa forma, a relação entre os partidos de direita e os eleitores está marcada pela troca assimétrica e não por identificação ideológica ou outras afinidades políticas e partidárias.

Portanto, com a dependência de trajetória da Guatemala, e os legados pós Acordos de paz, causados pela falta de instituições fortes, pelo histórico social e político de antes da guerra e durante, que levaram às conjunturas críticas do período de transição democrática em 1985, e aos Acordos de paz finalizados em 1996, é possível confirmar que há fatores que afetam a participação política de grupos e organizações partidárias que pretendam um mínimo questionamento do status quo do país.

O Estado guatemalteco, segundo Tejada (2017), foi gerado para permitir a acumulação de recursos por parte de grupos específicos, ao mesmo tempo que a sua economia depende principalmente de outros países. A transição democrática limitada e a abertura de espaços de participação política após os Acordos de Paz, não têm construído nem significado altas mudanças estruturais na sociedade guatemalteca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÉVALO, Bernardo (org.). La construcción de la paz en Guatemala: reconciliación, seguridad y violencia en una democracia precaria. Guatemala: Flacso Guatemala, 2019.

ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN Y ESTUDIOS SOCIALES (ASIES). Guatemala: Monografía de los partidos políticos 2000 - 2004. Guatemala: Departamento de Investigaciones Sociopolíticas, 2004.

ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN Y ESTUDIOS SOCIALES (ASIES). Guatemala: Monografía de partidos políticos de Guatemala, 2012. Guatemala: Asociación de Investigación y Estudios Sociales, 2012.

CASTAÑEDA, Manolo. Gente ordinaria haciendo historia: notas introductorias. In: CASTAÑEDA, Manolo (coord.). Guatemala, la infinita historia de las resistencias. Guatemala: Magna Terra Editores, 2011, p. 13 - 30.

COLLIER, Ruth; COLLIER, David. Framework: Critical Junctures and Historical Legacies. In: COLLIER, Ruth; COLLIER, David. Shaping The Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America. Notre Dame, Indiana: Princeton University Press, 1992. cap. Introduction, p. 27 - 39.

DAHL, Robert A. Democratização e oposição pública. In: DAHL, Robert A. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 2005. cap. 1, p. 25 - 37.

FERNANDES, Antônio. Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. In: Revista Brasileira de informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB). São Paulo, n. 53, v. 1º semestre de 2002, 2002, p. 79 - 101.

GONZÁLEZ, Magda. Más allá de la montaña: la región Ixil. In: CASTAÑEDA, Manolo (coord.). Guatemala, la infinita historia de las resistencias. Guatemala: Magna Terra Editores, 2011, p. 163 - 228.

MACALLISTER, Carlota. Mercados rurales, almas revolucionarias y mujeres rebeldes en la Guatemala de la guerra fría. In: CASTAÑEDA, Manolo (coord.). Guatemala, la infinita historia de las resistencias. Guatemala: Magna Terra Editores, 2011, p. 131 - 162.

MONTOYA GUZMAN, Juan David. Mestizaje y frontera en las tierras del Pacífico del Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII. *hist.crit.*, Bogotá, n. 59, p. 41-60, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-16172016000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de set. 2022

MORENO, Gonzalo. Historia de los partidos políticos Guatemaltecos: Distintas siglas de (casi) una misma ideología. 2ª. ed. Guatemala: Editorial Nojib'sa, 1999.

PAZ, Margarita. Organización y lucha rural, campesina e indígena: Huehuetenango, Guatemala, 1981. In: CASTAÑEDA, Manolo (coord.). Guatemala, la infinita historia de las resistencias. Guatemala: Magna Terra Editores, 2011, p. 31 - 72.

PELÁEZ, Severo Martínez. La Patria del Criollo. 1ª Edição Adaptada para jóvenes. Editora Piedrasanta, Guatemala, 2020 [1973].

RUESCHEMEYER, Dietrich et al. Capitalist Development and Democracy. In: RUESCHEMEYER, Dietrich et al. Contemporary Sociology. v. 21, 1992, cap. 23, p. 243 - 248.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Analysis. In: STEINMO, Sven et al. Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis. 1992. cap. 1.

TEJADA, Ricardo. La huelga de octubre de 1978: levantamiento urbano, insurrección y rebelión en Guatemala. In: CASTAÑEDA, Manolo (coord.). Guatemala, la infinita historia de las resistencias. Guatemala: Magna Terra Editores, 2011, p. 393 - 438.

TEJADA, Ricardo. Democracias de posguerra en Centroamérica: Política, pobreza y desigualdad en Nicaragua, El Salvador y Guatemala (1979-2005). Guatemala: Flacso Guatemala, 2017.

THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Analysis. In: The Annual Review of Political Science. v. 2, 1999. p. 369 - 404.